

Professores entram em greve na segunda

Luiz Prado/AE



Assembléia no Centro: decisão pela greve por tempo indeterminado foi tomada por 15 mil trabalhadores

Além dos docentes, funcionários e diretores da rede estadual também vão parar

Professores, funcionários e diretores da rede estadual confirmaram ontem, em assembléia na Praça da República, no Centro, entrar em greve por tempo indeterminado a partir da segunda-feira. O encontro reuniu cerca de 15 mil trabalhadores, segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp). A paralisação havia sido decidida em assembléia no dia 17 e foi reafirmada após o impasse nas negociações com o governo esta semana. Cerca de 6,5 milhões de alunos devem ser prejudicados com o movimento, de acordo com a Apeoesp.

Anteontem, as entidades que representam os trabalhadores em educação do Estado se reuniram por mais de cinco horas com o governador Mário Covas. O encontro, marca-

do para as 16 horas, só teve início às 19 horas e se prolongou até a 1h30 de ontem. Foram reapresentadas ao governador a pauta de reivindicações das categorias.

Os professores lutam por piso salarial emergencial de três salários mínimos (equivalente a R\$ 210,00), data-base em 1º de abril e reajuste de salários de acordo com o índice da inflação. A contraproposta anterior do governo foi de um abono salarial, que varia conforme o nível do professor. O piso passaria de R\$ 141,00 para 180,00, para 20 horas semanais. Aos funcionários administrativos foi oferecida gratificação executiva de 13% a 30%.

"O aumento será escalonado e, por isso, alguns níveis não ganharão nada", reclamou Loretana Parcera, vice-presidente do Centro do Profes-

sorado Paulista (CPP). "Nossa proposta representa 3% da arrecadação", argumentou Covas.

O governador ofereceu aos professores mais R\$ 100 milhões anuais, aumentando de R\$ 140 milhões para R\$ 240 milhões o conjunto de reservas destinadas à categoria. A nova proposta amplia o acréscimo na folha de pagamento de R\$ 14 milhões para R\$ 17 milhões.

"Seria como repartir a miséria entre as categorias", disse o presidente da Apeoesp, Roberto Felício. De acordo com a secretária de Educação, Rose Neubauer, a nova proposta do governo beneficia 240 mil

professores, 20 mil diretores e supervisores e mais de 66 mil funcionários das 6.837 escolas da rede. O governo se mostrou disposto a continuar as negociações. As categorias fazem nova assembléia na sexta-feira.

CERCA DE 6,5
MILHÕES DE
ALUNOS FICAM
SEM AULA